A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NA REGIÃO DO QUADRILÁTERO FERRÍFERO – MINAS GERAIS: um olhar sobre as condições de trabalho das/os assistentes sociais nos Centros de Referência da Assistência social

Adriana de Andrade Mesquita[1]
Cristiano Luís Turbino de França e Silva[2]
Rita de Cássia Santos Freitas[3]
Renata Gracielle Vieira Magalhães Teixeira[4]

RESUMO:
Vivemos uma conjuntura de grande precariedade e questionamentos quanto ao futuro do país que vive num momento de retrocesso e perda dos históricos direitos sociais conquistados pela classe trabalhadora e dos possíveis (novos) direcionamentos dados à política social de Assistência Social brasileira. Cenário que tem colocado em pauta, nas últimas décadas, a efetiva ampliação do espaço socioocupacional para a categoria de assistentes sociais, bem como a crescente demanda e perda ou precarização desses espaços, visto que são profissionais chamadas/os a atuarem nas expressões da "questão social", visando à ampliação e consolidação da cidadania. Este texto tem como objetivo analisar as condições de trabalho das/os assistentes sociais no espaço socioocupacional dos CRAS da região do Quadrilátero Ferrífero, a partir dos dados do Censo SUAS, da vigilância socioassistencial, disponibilizados pelo Ministério de Desenvolvimento Social. Para alcance dos objetivos utilizamos pesquisa bibliográfica, documental e a ciência de dados. Apresentamos aqui os primeiros resultados encontrados.

PALAVRAS-CHAVE: Política Social, Assistência Social, Serviço Social e espaço socioocupacional.

---

[1] Assistente Social. Docente e pesquisadora do Departamento de Serviço Social da UFOP; Doutora em Políticas Públicas pelo Instituto de Economia da UFRJ; Mestra em Política Social pela UFF e Especialista em Política Pública pelo IE/UFRJ. É membra do Núcleo de Pesquisa Histórica sobre Proteção Social/Centro de Referência Documental (NPHPS/CRD) da Universidade Federal Fluminense, membra do Núcleo de Extensão e Estudo em Formação e Trabalho-NEESF da UFOP e membra do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas-NEABI da UFOP.
[2] Professor do curso de graduação de Engenharia de Produção da UFOP; Graduado em Engenharia de Produção pela UFOP e mestre em Ciência da Computação pela UFOP.
[3] Assistente Social. Professora titular da Escola de Serviço Social da UFF; Graduada em Serviço Social pela UERJ, Mestre e Doutora em Serviço Social pela UFRJ, Pós-Doutora em Sociologia pelo CES-UC e Pós-Doutora em Política Social pelo ISCTE-IUL. Coordenadora do Núcleo de Pesquisa Histórica sobre Proteção Social/Centro de Referência Documental (NPHPS/CRD) da Universidade Federal Fluminense, membro do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos (ESS/UFF) e da Rede de Estudos sobre Famílias e Política Social (FERAPS).
[4] Assistente Social. Servidora pública da prefeitura de Mariana/MG, vice-presidenta do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente de Mariana e pesquisadora voluntária do projeto de pesquisa "Serviço Social e Famílias: Concepções e Práticas de Assistentes Sociais na Região dos Inconfidentes em Minas Gerais" do Departamento de Serviço Social da UFOP.

ABSTRACT:
We live in a situation of great precariousness and questioning about the future of the country, which lives in a moment of setback and loss of the historical social rights conquered by the working class and of the possible (new) directions given to the social policies of Brazilian Social Assistance. This scenario has been putting on the agenda, in recent decades, the effective expansion of the socio-occupational space for the category of social workers, as well as the growing demand and loss or precariousness of these spaces, as professionals are called to act in the expressions of "social issue", aiming at the expansion and consolidation of citizenship. This text aims to analyze the working conditions of social workers in the socio-occupational space of the CRAS in the Quadrilátero Ferrífero region, based on data from the SUAS Census, from the social assistance surveillance, made available by the Ministry of Social Development. bibliographical research, documental research and data science. Here we present the first results found.

KEYWORDS: Social Policy, Social Assistance, Social Service and socio-occupational space.

1. INTRODUÇÃO

A atual conjuntura política, econômica e social brasileira é de retrocessos nas históricas conquistas e avanços dos direitos cidadãos obtidos pela classe trabalhadora com a Constituição Federal de 1988. A Constituição inseriu a Assistência Social no campo da Seguridade Social, que é definida como um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinado a assegurar direitos relativos à Saúde, Previdência e Assistência Social. O Estado brasileiro reconheceu a situação de pobreza e miséria no campo dos direitos e construiu e implementou um conjunto de serviços, projetos e programas destinados a segmentos da população que precise. Com isso, a Assistência Social se tornou política inquestionável e de relevância social e, ainda, permitiu o processo de expansão dos espaços sociocupacionais as/aos assistentes sociais, com a implantação da rede socioassistencial promovidos pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que hoje se tornou num dos principais campos de trabalho das/os assistentes sociais.

Todavia, nos últimos anos, muitas economias capitalistas – sejam elas avançadas ou dependentes – estão sendo afetadas pelo aumento do índice de desemprego, precarização das relações de trabalho, restrição de direitos, redução

de salários, endividamento dos Estados sociais, medidas de austeridade fiscal[5], revisão das políticas na área social – que tem ocasionado o agravamento das mazelas produzidas e o adensamento das expressões da "questão social". No Brasil, as políticas públicas sociais são as que primeiro sofrem impacto e entram no processo de revisão e enxugamento frente a situações de crise estrutural e cíclica do sistema capitalista[6]. Ou seja, vivemos numa conjuntura de grande precariedade e questionamentos quanto ao futuro do país, dos rumos políticos, das estratégias a serem tomadas de enfrentamento da crise, da situação do desemprego e dos possíveis (novos) direcionamentos dados à política social brasileira.

De acordo com Behring e Boschetti (2008), desde os anos de 1990, a política social brasileira caminha entre a inovação e o conservadorismo por causa das constantes medidas de contrarreforma neoliberal e dos redirecionamentos dados aos direitos conquistados com a Constituição Federal de 1988. A contrarreforma em curso tem como resultado o processo de desmonte dos direitos cidadãos. As políticas sociais foram "capturadas por uma lógica de adaptação ao novo contexto. Daí decorre o trinômio do neoliberalismo para as políticas sociais – privatização, focalização/seletividade e descentralização" (BEHRING e BOSCHETTI, 2008, p.155).

Nesta conjuntura, as/os assistentes sociais são chamadas/os a intervir nas múltiplas expressões da "questão social"[7], visando à ampliação e consolidação da cidadania, a garantia dos direitos civis, políticos e sociais aos segmentos menos favorecidos (trabalhadores, crianças, adolescentes, idosos, portadores de necessidades especiais, mulheres, negros, homossexuais e suas respectivas famílias). Assim, há urgência para que se tenha conhecimento do complexo e conflituoso cotidiano da atuação profissional, a partir da mediação entre o conhecimento produzido na academia e também das intervenções que acontecem nos diferentes espaços sócio-ocupacionais, na intervenção profissional, sem a

[5] Destacamos aqui a PEC 95, em que ocorre o congelamento do orçamento público voltado para as ações na área social por um período de 20 anos.
[6] Isso é resultado de uma crise estrutural mais ampla do sistema capitalista. A eclosão mundial da crise de 2008, que foi de proporções comparáveis à crise de 1929 e que se caracteriza com uma crise estrutural do capitalismo contemporâneo, provocou um cenário de incertezas e de crises cíclicas do sistema capitalista ao redor do mundo (CHESNAIS, 2015; MÉZSÁROS, 2011).

conhecida dicotomização entre a teoria e a prática profissional. E, isso parte da compreensão de que estamos falando de profissionais que são afetadas/os em seu cotidiano profissional. Uma vez que

> [...] em que pese uma efetiva ampliação do mercado de trabalho para a categoria nas últimas décadas, estudos recentes têm revelado as intercorrências desastrosas das transformações societárias no âmbito do Serviço Social neste novo milênio, apontando para o crescimento do número de profissionais e das demandas, mas, ao mesmo tempo, para a perda ou precarização de postos de trabalho (DELGADO, 2013, p. 134).

Neste artigo, temos como objetivo analisar as condições de trabalho das/os assistentes sociais no espaço socioocupacional dos CRAS da região do Quadrilátero Ferrífero, a partir dos dados do Censo SUAS, da vigilância socioassistencial, disponibilizados pelo Ministério de Desenvolvimento Social brasileiro, referentes ao ano de 2019[8]. O advento da pandemia do COVID-19 trouxe rebatimentos na pesquisa, uma vez que fomos impedidas de entrar em campo. Por isso, a utilização de dados quantitativos foi o caminho por nós escolhido. Neste texto, nos debruçamos em dados que permitem nos aproximar das condições de trabalho de assistentes sociais que atuam nos CRAS da região em estudo, tendo os CRAS como objeto de análise. Os dados que apresentamos não esgotam essa condição, mas nos dão pistas para seguir aprofundando os estudos. Para alcance de parte dos objetivos propostos, utilizamos a pesquisa bibliográfica (FERREIRA, 2002; ROMANOWSKI e ENS, 2006), a pesquisa documental (CELLARD, 2008) e a ciência de dados (SILVEIRA, 2020). Para a geração dos dados apresentados, o uso da metodologia ciência de dados ou *data Science* foi essencial.

Dessa forma, organizamos a apresentação deste artigo da seguinte forma: inicialmente, apresentaremos uma breve caracterização dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) da região do Quadrilátero Ferrífero; em seguida, exporemos dados analisados das condições de trabalho das/os assistentes sociais nos CRAS da região; e, por fim, as considerações finais.

[8] O presente artigo faz parte do projeto de pesquisa A Configuração da Política de Assistência Social na Cena Contemporânea na Região dos Inconfidentes – Minas Gerais, cujo objetivo é de analisar a atual configuração da política de Assistência Social nos municípios da Região dos Inconfidentes (Mariana, Ouro Preto, Itabirito, Ouro Branco, Conselheiro Lafaiete, Ponte Nova), no estado de Minas Gerais, diante da atual conjuntura de retração de direitos na área social. Com o desenvolver das atividades de pesquisa, houve a ampliação da área de estudo inicialmente pensada da Região dos Inconfidentes passamos para a Região do Quadrilátero Ferrífero.

2. BREVE CARACTERIZAÇÃO DOS CRAS NA REGIÃO DO QUADRILÁTERO FERRÍFERO

A região do Quadrilátero Ferrífero localiza-se no estado de Minas Gerais[9]. O estado é caracterizado historicamente pela indústria extrativa relacionada à mineração. A busca por metais e pedras preciosas levou a ocupação do interior do país pelos bandeirantes e, à medida que o conhecimento geológico se expandia, aumentava a ocupação território nacional. Ao aprofundarmos estudos sobre este estado, verificamos a sua relevância no que se refere às atividades da indústria de mineração, tendo destaque a região do Quadrilátero Ferrífero[10] que se localiza na região centro-sudeste e possui uma área de cerca de 7.000 km² (RUCHKYS e MACHADO, 2013).

A região do Quadrilátero Ferrífero é composta por uma população total de cerca de 4.679.228 milhões de habitantes. Conforme o IBGE Projeções (2019)[11], isso representa aproximadamente 22% da população de Minas Gerais, que é composta por 21.168.791 habitantes. Deste total, a distribuição populacional é bem díspares, temos como exemplos o município de Jeceaba com uma população de

[9] Como se sabe Minas Gerais possui relevância no quadro das atividades da indústria de mineração, por se tratar de um território rico em diferentes tipos de minérios e de metais encontrados no subsolo. Todavia, a partir de 2015, com o rompimento de barragens de rejeitos minerais de Fundão e de Santarém, em Mariana, a indústria extrativista mineral afetou drasticamente a população residente nessa região. Os recentes desastres ambientais relacionados ao rompimento de barragens de rejeitos minerais – destacamos os casos de Mariana (em 2015) e Brumadinho (em 2019) – apontam para a particularidade da região mineira no que se refere à precariedade estrutural do funcionamento de barragens de rejeitos minerais e de resíduos industriais, bem como da gravidade e da probabilidade de outros desastres em proporções semelhantes ou maiores. Uma das características de uma barragem de mineração é o acúmulo de rejeitos de mineração que são tóxicos e, numa situação de rompimento, podem causar graves danos sociais (óbitos, pessoas desabrigadas, perda da moradia, destruição de grande extensão territorial, perda da identidade local), políticos, econômicos (paralisação das atividades econômicas), ao ecossistema (contaminação de águas, mortandade de animais e peixes e interrupção do abastecimento de água).

[10] Conforme estudos publicados no site da UFOP, acessados em 2020, essa região é composta por 34 municípios, sendo eles: Barão de Cocais, Belo Horizonte, Belo Vale, Betim, Brumadinho, Caeté, Catas Altas, Congonhas, Conselheiro Lafaiete, Ibirité, Igarapé, Itabira, Itabirito, Itatiaiaçu, Itaúna, Jeceaba, João Monlevade, Mariana, Mário Campos, Mateus Leme, Moeda, Nova Lima, Ouro Branco, Ouro Preto, Raposos, Rio Acima, Rio Manso, Rio Piracicaba, Sabará, Sarzedo, Santa Bárbara, Santa Luzia, São Gonçalo do Rio Abaixo e São Joaquim de Bicas. Entre eles, encontram-se os municípios em estudo.

[11] https://www.ibge.gov.br/apps//populacao/projecao/

4.912 mil habitantes e o município de Belo Horizonte com mais de 2.512.070 habitantes, que ocupa o sexto lugar ranking das maiores metrópoles do país.

Em relação à política de assistência social, quanto aos portes dos municípios[12] pesquisados, estes vão de pequeno porte I ao porte de uma metrópole: 11 municípios de pequeno porte I, nove municípios de pequeno porte II, sete municípios de médio porte, seis municípios de grande porte e uma metrópole. Essa diversidade em termos de classificação por porte populacional traz determinantes significativos na configuração da Política de Assistência Social em cada território e considerá-la é importante ao analisarmos os dados dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS).

É importante lembrar que a Constituição Federal de 1988 trouxe consigo o processo de universalização do sistema de proteção social brasileiro, baseado nos princípios de Seguridade Social, o que trouxe um novo olhar no reconhecimento e na ampliação de direitos aos brasileiros. E é no texto constitucional que se encontra o marco fundamental para a implementação da Assistência Social como um direito social, a ser assegurado pelo Estado por meio de um conjunto de ações e de políticas públicas que priorizam o atendimento para quem dela necessitar.

Com o objetivo de regulamentar a organização da Assistência Social no Brasil, em 1993 foi promulgada a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei nº. 8.742) que também instituiu benefícios, serviços, programas e projetos destinados ao enfrentamento da exclusão social dos segmentos mais vulnerabilizados da população. Frutos de movimentos sociais, dois grandes marcos normativos são a aprovação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), em 2004, e da Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), no ano subsequente. O SUAS é um sistema público não contributivo, com modelo de gestão descentralizado e participativo, cuja responsabilidade é das três esferas governamentais (municípios, estados, DF e federação). Tem a função de gestão e

[12] Conforme a PNAS (2004), quanto aos portes dos municípios compreende-se que: municípios de Pequeno Porte I são aqueles cuja população não ultrapassa a 20.000 mil habitantes; municípios de Pequeno Porte II são os que possuem uma população entre 20.001 e 50.000 mil habitantes; municípios de Médio Porte entre 50.001 a 100.000 mil habitantes; municípios de Grande Porte são os que têm entre 100.001 a 900.000 habitantes; e, ainda, aqueles considerados uma metrópole com uma população com mais de 900.000 mil habitantes.

organização das ações de assistência social, em todo território nacional, considerando, contudo, as particularidades de cada região em que se aplicam suas ações. Sua rede de serviços socioassistenciais busca garantir a efetividade das ações que visam a proteção social da população-cidadã, e é definida como: "(...) o conjunto integrado da oferta de serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social mediante articulação entre todas as unidades de provisão do SUAS" (NOB/SUAS; 2012, p. 19).

As ações da assistência social se organizam na Proteção Social Básica cujo principal objetivo é a prevenção de situações de risco e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e na Proteção Social Especial que visa ao atendimento assistencial a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social. Nessa Proteção, há ainda a divisão em Média e Alta Complexidade, sendo que na primeira prioriza-se o atendimento às famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiar e comunitário não foram rompidos, ao passo que na segunda a ênfase é na garantia de proteção integral para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e/ou em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e/ou comunitário. Para fins da discussão pretendida neste artigo, o recorte se dará no âmbito da proteção social básica, especificamente, no que tange ao Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), definido como:

> [...] uma unidade pública estatal descentralizada da política de assistência social, responsável pela organização e oferta de serviços da proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nas áreas de vulnerabilidade e risco social dos municípios e DF. Dada sua capilaridade nos territórios, se caracteriza como a principal porta de entrada do SUAS, ou seja, é uma unidade que possibilita o acesso de um grande número de famílias à rede de proteção social de assistência social. (BRASIL, 2009, p.9)

Os Serviços ofertados nos CRAS são: Programa de Atenção Integral à Família (PAIF), Programa de inclusão produtiva e projetos de enfrentamento da pobreza; Centros de Convivência para Idosos; Serviços de convivência para crianças de 0 a 6 anos, que visem ao fortalecimento dos vínculos familiares, o direito de brincar, ações de socialização e de sensibilização para a defesa dos direitos das crianças; Serviços socioeducativos para crianças, adolescentes e jovens na faixa etária de 6 a 24 anos, visando a sua proteção, socialização e o ao fortalecimento

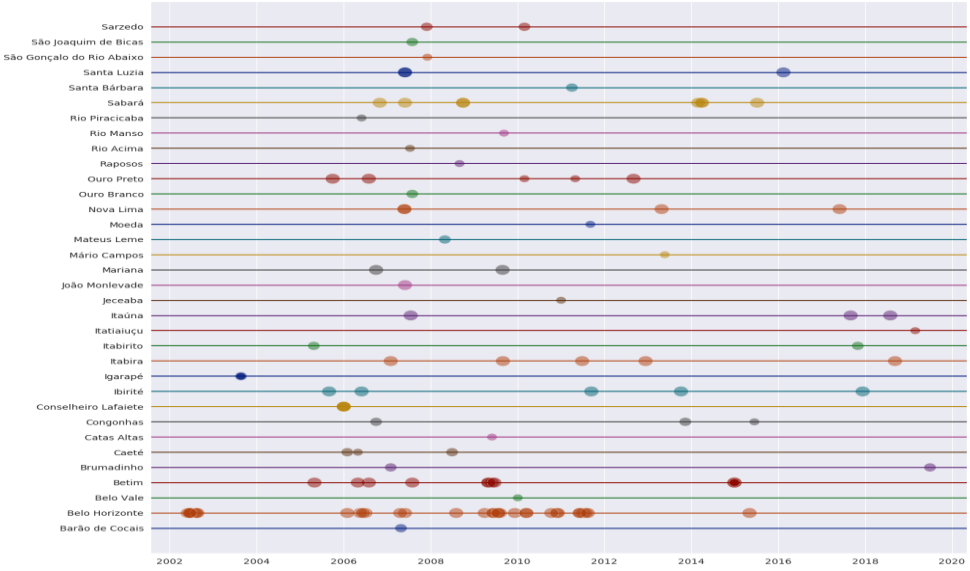
dos vínculos familiares e comunitários; Programas de incentivo ao protagonismo juvenil e de fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários; Centros de informação e de educação para o trabalho, voltados para jovens e adultos (cf. PNAS, 2004).

A implementação dos CRAS na região do Quadrilátero Ferrífero se deu a partir de 2002. Belo Horizonte foi o primeiro município a implementar nove equipamentos do CRAS, nos meses de junho e julho de 2002. Em seguida, em 2003, foram implementados três equipamentos no município de Igarapé. Em 2005, houve a implementação dos CRAS em Itabirito e Ouro Preto, posteriormente, em 2006, em Conselheiro Lafaiete e Mariana. Ouro Branco foi apenas em 2007. Grande parte dos municípios possui apenas um equipamento do CRAS[13]; quatro possuem dois equipamentos[14]; cinco contam com três equipamentos[15]; com quatro temos dois municípios[16] e três possuem cinco[17]. As exceções são os municípios de Sabará que tem sete CRAS, Betim com dezesseis equipamentos e Belo Horizonte com trinta e quatro[18]. O período de expansão do processo de implementação desses equipamentos aconteceu entre os anos de 2005 e 2011, quando tivemos a implementação de 80 equipamentos dos CRAS. Isso aconteceu em consonância com a expansão dos investimentos públicos na Seguridade Social das últimas gestões governamentais, principalmente, do ex-presidente Luíz Inácio Lula da Silva

[13] Barão de Cocais, Catas Altas, Itatiaiuçu, Jeceaba, João Monlevade, Mário Campos, Mateus Leme, Moeda, Ouro Branco, Raposos, Rio Acima, Rio Branco, Rio Piracicaba, Santa Bárbara, São Gonçalo do Rio Abaixo e São Joaquim de Bicas.
[14] Brumadinho, Itabirito, Mariana e Sarzedo.
[15] Caeté, Congonhas, Igarapé, Itaúna e Santa Luiza.
[16] Conselheiro Lafaiete e Nova Lima.
[17] Ibirité, Ouro Preto e Itabira.
[18] Desses dados nos chamou a atenção o número de CRAS no município de Mariana registrados no SUASWeb. No sistema consta que existem duas unidades de CRAS, todavia, sabe-se que a configuração efetiva no município é de quatro CRAS (conhecidos como CRAS Bairros, CRAS Distritos, CRAS Cabanas e CRAS Colina). Para maiores esclarecimentos, realizamos contatos junto à profissionais da rede socioassistencial de Mariana e obtivemos a informação de que os registros se referem a dois CRAS (Cabanas e Colina), pois, no Sistema, o que é chamado de CRAS Bairros e CRAS Distritos, são registradas como equipes volantes vinculadas ao CRAS Colina e CRAS Cabanas. Ainda de acordo com as informações, a atual gestão está em processo de revisão dessa situação, de modo a reconhecer e registrar no SUAS Web os quatro equipamentos de CRAS do município.

(na gestão de 2002/2005 e na de 2006/2009) e da ex-presidente Dilma Rousseff (2010-2016).

GRÁFICO 1 – Ano de Implementação dos CRAS no QFe (em 2019)



Fonte: MDS/SAGI

Quanto a localização dos CRAS, existem 27 CRAS localizados na região identificada como Urbano Central, 93 equipamentos na região Urbano Periférica e apenas 1 na região Urbano Rural, no município de Caeté. Uma realidade que se complica ao pensarmos municípios como Mariana e Ouro Preto, que possuem distritos e áreas rurais, o que acaba por deixar um grande número da população sem atendimento. Dito isso, daqui em diante, nos concentraremos em analisar os dados referentes às condições de trabalho das/os assistentes sociais nos CRAS da região do Quadrilátero Ferrífero.

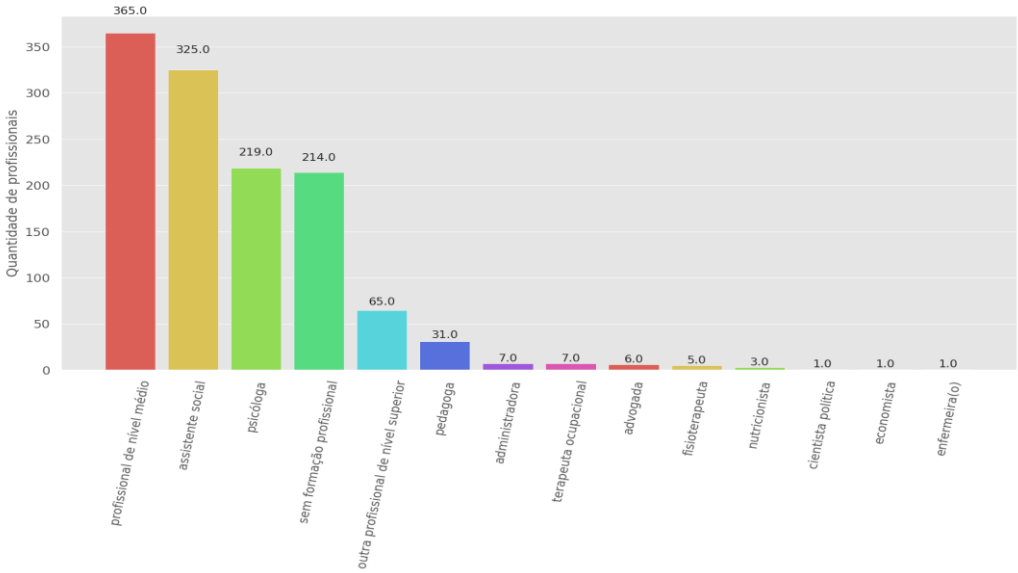
3. CRAS DA REGIÃO DO QUADRILÁTERO FERRÍFERO (MG): o lugar das assistentes sociais

A expansão do número de equipamentos do CRAS e, com isso, do campo de trabalho para assistentes sociais nas ações da Assistência Social é fato marcante na região do Quadrilátero Ferrífero. Todavia, como já sinalizado, o atual cenário de

crise econômica, política e social tem trazido consequências graves e sérias para as políticas de assistência social, em especial, aos profissionais que lidam diretamente nos processos de oferta de programas, projetos, serviços e benefícios a indivíduos e famílias em situação de pobreza e extrema pobreza.

O número de profissionais que trabalham nos CRAS da região é de 1250 no total. Desse total, a maioria (365 profissionais) é de nível médio, 325 são assistentes sociais, 219 são psicólogos, 214 sem formação profissional, 65 outros profissionais de nível superior, 31 pedagogos, sete administradores, sete terapeutas ocupacionais, seis advogados, cinco fisioterapeutas, três nutricionistas, uma cientista política, uma economista e uma enfermeira[19]. É expressivo o número de assistentes sociais que trabalham nesses equipamentos.

GRÁFICO 2 – Profissões total por CRAS (em 2019)



Fonte: MDS/SAGI

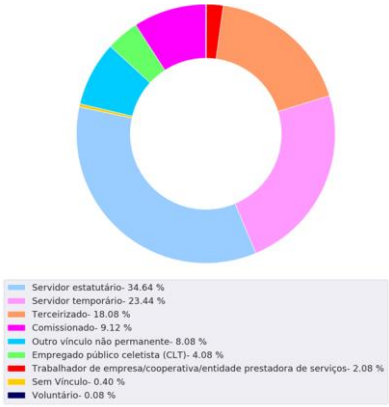
O tipo de vínculo empregatício dos funcionários dos CRAS é bastante diversificado. Neste caso, pudemos verificar que do total dos funcionários, 34,6% são servidores estatutários, seguido por 23,4% de servidor temporário, 18% terceirizado, 9% comissionado, 5% outros vínculos não permanentes, 4% celetista, 2% trabalhador de empresa/cooperativa/entidade prestadora de serviços. Essa

[19] Os dados apresentados nessa sessão são resultados da pesquisa em desenvolvimento.

variedade de vínculos empregatícios aponta para o processo de flexibilização do trabalho e dos direitos no atual cenário de reestruturação produtiva e das políticas neoliberais. Isso afeta diretamente os trabalhadores pelas condições de insegurança, formas precárias de sua contratação, pelos baixos salários e de suas condições física e mental em seu cotidiano profissional. Como colocado por Raichelis (2011, p. 421),

> em um contexto societário de transformações no trabalho de tal monta, marcado pela retração e, mesmo, pela erosão do trabalho contratado e regulamentado, bem como dos direitos sociais e trabalhistas, ampliam-se também as relações entre trabalho e adoecimento, repercutindo na saúde física e mental dos trabalhadores, nas formas de objetivação e subjetivação do trabalho.

GRÁFICO 3 – Tipo de Vínculos Empregatícios dos funcionários dos CRAS do QFe (em 2019)



Fonte: MDS/SAGI

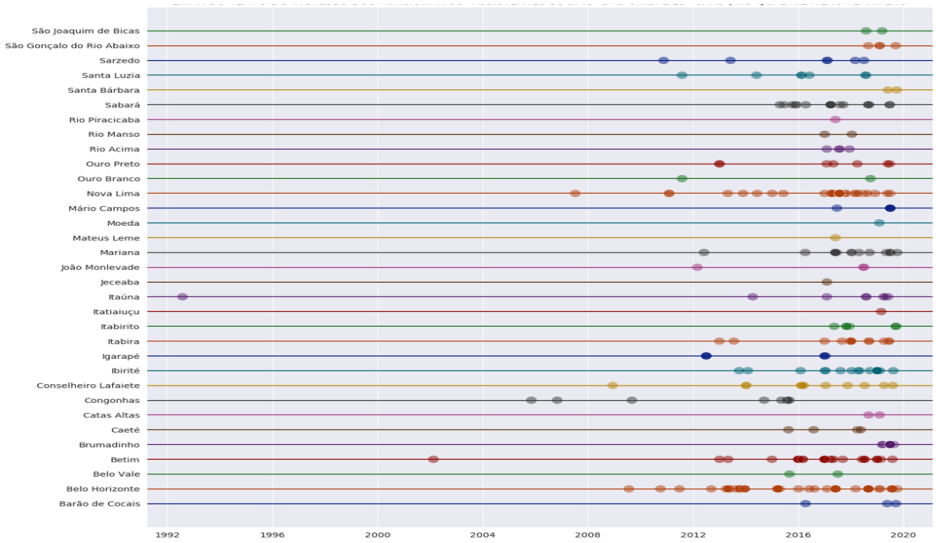
O tipo de vínculo modifica quando recortamos apenas as assistentes sociais do quadro de funcionários. Foi notório que o tipo de vinculação das assistentes sociais é bem diferenciado. Do total, 74,5% são servidores estatutários, 13% comissionado, 7% possui outro vínculo, 3% é empregado público celetista e 1,7% é terceirizado. Apesar da multiplicidade de vínculos, a maior parte das/os servidoras/os são estatutárias/os, o que pode oportunizar a continuidade dos serviços prestados, bem como uma intervenção mais comprometida com o projeto ético político da categoria profissional e com a população usuária dos serviços.

No quesito funções desenvolvidas pelas/os assistentes sociais, vemos que 239 profissionais desenvolvem atividades de nível superior, 72 estão na função de

coordenação, sete desempenham a função de apoio administrativo, dois estão como educador social e dois profissionais em função de técnico de nível médio. A grande maioria está inserida em funções chamadas de atividades de nível superior.

No que se refere ao sexo das/os assistentes sociais, verificamos que 91,7% são mulheres e apenas 8,3% homens. Ou seja, o sexo das profissionais do Serviço Social que trabalham nesses equipamentos é majoritariamente composto por mulheres. Isso aponta para o lugar que as mulheres trabalhadoras[20] ocupam na assistência social, espaço esse, historicamente, feminino configurado a partir de uma divisão social e sexual do trabalho. Não podemos esquecer o fato de que as dimensões do cuidado – e, consequentemente, das profissões ligadas ao cuidado – são socialmente reconhecidas como um espaço de mulheres. Neste sentido, não temos como desvincular a discussão da assistência e do serviço social das reflexões acerca do gênero (FREITAS et all, 2018; LOLE, 2016; KLEBA LISBOA, 2010) – que pretendemos aprofundar posteriormente em outros trabalhos.

GRÁFICO 4 – Ano de ingresso das Assistentes Sociais nos CRAS do QFe (em 2019)



Fonte: MDS/SAGI

[20] Essa diferença permanece quando analisamos o sexo das/os funcionárias/os desses equipamentos, onde 75,7% são mulheres e 24,3% são homens.

Quanto ao tempo de ingresso das assistentes sociais nos CRAS, percebe-se que boa parte das trabalhadoras tem um vínculo recente nesse espaço. A grande maioria dos vínculos aconteceu no período que vai de 2016 a 2019. São poucas as profissionais que possuem um tempo de trabalho que varie entre 5 e 10 anos nesses equipamentos. Isso fundamenta a lógica de fragmentação e ruptura na oferta de serviços, políticas, programas e benefícios disponibilizados pela rede socioassistencial pela constante renovação do processo de contratação da equipe que trabalha nos CRAS, em especial, quando acontecem as mudanças das gestões governamentais municipais.

A partir de 2010, houve a implementação da PLC 152/2008 que definiu que a duração do trabalho da assistente social para 30 (trinta) horas semanais, sem redução de salário. Isso significou uma conquista para a categoria profissional que se deu por meio de luta por direito ao trabalho e com qualidade pela categoria. Todavia vemos que essa carga horária tem apresentado variações, uma vez que 195 profissionais tem uma carga horária que varia de 21 a 30 horas semanais, 97 profissionais trabalham de 31 a 40 horas, 26 profissionais uma média de 11 a 20 horas, seis profissionais entre 41 e 44 horas e, ainda, uma profissional com carga horária de 10 horas semanais.

Por fim, o último dado sistematizado dos CRAS foi sobre as atividades principais desenvolvidas nos CRAS da região do Quadrilátero Ferrífero. Os serviços ofertados pelo CRAS são do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), num percentual de 72,3% do total das atividades. O SCFV é um serviço realizado em grupos, de acordo com o ciclo de vida, com o objetivo de assegurar espaços de convívio familiar e comunitário e o desenvolvimento de relações de afetividade e sociabilidade, voltados para crianças, adolescentes e idosos membros de famílias acompanhadas pelas unidades de assistência social. Em segundo lugar, 23,3% do Programa de Atenção Integral à Família (PAIF). E, em menor percentual, são desenvolvidas ações do Programa Criança Feliz (1,6%), CadÚnico (1,3%), Concessão de Benefícios Eventuais (1,3%) e, ainda, o Serviço de PSB no domicílio (0,3%). Enfim, apresentados os dados, partiremos para nossas considerações finais deste primeiro ano de pesquisa.

4. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES:

Com base na pesquisa apresentada, é inegável a expansão da oferta de serviços, políticas, programas e benefícios disponibilizados pela rede socioassistencial na região do Quadrilátero Ferrífero – Minas Gerais, a partir da implementação do SUAS. Região essa fortemente caracterizada pelas ações e contradições da mineração, pelo turismo e setor de serviços.

Todavia, cabe colocar que o aumento do número de equipamentos na região e ampliação de profissionais de Serviço Social nos CRAS tem ocorrido em condições precarizadas. A diversidade de vínculo empregatício das assistentes sociais e o tempo de ingresso nesses espaços apontam para o processo de flexibilização do trabalho e dos direitos no atual cenário de reestruturação produtiva e das políticas neoliberais, bem como fundamentam a lógica de fragmentação e ruptura na oferta de serviços, políticas, programas e benefícios disponibilizados pela rede socioassistencial pela constante renovação do processo de contratação da equipe que trabalha nos CRAS.

Compreendemos que o presente estudo é de fundamental importância para análise da atuação de assistentes sociais inseridas/os na Assistência Social e, em concordância com Raichelis (2011, p. 436), acreditamos que "[...] é através da organização coletiva que se criam condições concretas para a resistência frente à violação dos direitos, pela melhoria das condições de trabalho e fortalecimento do compromisso do Serviço Social por uma sociedade emancipada". Este texto se insere nessas preocupações, buscando analisar esse espaço e se desdobrará em textos futuros, onde pretende-se ouvir as assistentes sociais, protagonistas dessa história.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete. Política Social: fundamentos e história. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2008.
BRASIL. Censo SUAS 2019 – Resultados Nacionais.
BRASIL. Constituição Federal de 1988.
BRASIL. Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, n. 8.742 de 1993.
BRASIL. Política Nacional de Assistência Social, 2004.

BRASIL. Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - Resolução CNAS nº 33 de 12 de dezembro de 2012.

BRASIL. Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS/ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. – 1. ed. – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009. 72 p.

CHESNAIS, François em http://www.herramienta.com.ar/revista-herramienta-n-39/como-la-crise-del-29-o-mas-un-nuevo-contexto-mundial acessado em 04/04/2016

CELLARD, A. "Análise documental". **A pesquisa qualitativa**: Enfoques epistemológicos e metodológicos (org. Poupart, J et al.). Petrópolis: Vozes, 2008.

DELGADO, Leila Baumgratz. Espaço sócio-ocupacional do assistente social: seu arcabouço jurídico-político. In: Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 113, p. 131-151, jan./mar. 2013.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. "As pesquisas denominadas 'estado da arte'", **Revista Educação & Sociedade**, ano XXIII, no 79, Agosto/2002.

FREITAS, Rita de Cássia Santos *et al*. História do Serviço Social – resgatando uma história de mulheres. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, 2018.

KLEBA LISBOA, Teresa. Gênero, feminismo e Serviço Social:encontros e desencontros ao longo da história da profissão. **Katálysis**, Florianópolis, v.13, n. 1, 2010.

LOLE, Ana. Gênero e Serviço Social: uma análise a partir do paradigma indiciário. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 127, p. 555-573, set./dez. 2016.

MÉZSÁROS, István. A crise estrutural do capital / István Mészáros; [Tradução Francisco Raul Cornejo... [et al.] - 2.ed. rev. e ampliada. – São Paulo: Boitempo, 2011.

RAICHELIS, Raquel. **O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos.** Serv. Soc. Soc. [online]. 2011, n.107, pp.420-437. ISSN 0101-6628.

ROMANOWSKI, Joana Paulin e ENS, Romilda Teodora. "As pesquisas denominadas do tipo 'estado da arte' em educação. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 6, n.19, p.37-50, set./dez. 2006.

RUCHKYS, Úrsula Azevedo; MACHADO, Maria Márcia Magela. Patrimônio geológico e mineiro do Quadrilátero Ferrífero, Minas Gerais – Caracterização e iniciativas de uso para educação e geoturismo. In: Boletim Paranaense de Geologia. Volume 70 (2013) 120 – 136.

SILVEIRA, Debora Priscila. O que é Data Science. Acessado em 02 de maio de 2020 no Link: https://www.oficinadanet.com.br/post/16919-o-que-e-data-science